



CONTRATO Nº 022/2023

Contrato de Prestação de Serviços, que celebram entre si o Consórcio Público Rio Guandu e a Empresa Inová Assessoria e Serviços Contábeis LTDA.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 02.270.946/0001-01, com sede à Avenida Presidente Vargas, nº 121, 2º andar, sala 201 – Bairro Centro. CEP: 29600-000. Afonso Cláudio – Espírito Santo, neste ato representado por seu Presidente **Sr. Christiano Spadetto**, portador da carteira de identidade nº 961351 - ES, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70, brasileiro, casado, com endereço profissional na Avenida José Grilo, nº 794 – Bairro Centro. CEP: 29.370-000. Conceição do Castelo – Espírito Santo, adiante denominado simplesmente **CONTRATANTE** ou **CONSÓRCIO** e do outro lado a empresa **INOVÁ ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.198.715/0001-40, com sede à Rua Torquato Moreira Dutra, nº 50, sala 01 - Bairro Vila Nova. CEP: 29600-000. Afonso Cláudio – Espírito Santo, representada neste ato pelo **Sr. Edson Dias Lima**, portador da carteira de identidade nº 1014502 – ES, inscrito no CPF nº 017.014.467-40, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Torquato Moreira Dutra, nº 50 – Bairro Vila Nova. CEP: 29600-000. Afonso Cláudio – Espírito Santo, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente instrumento, com base no processo de dispensa de licitação, com fulcro no **Art. 75, Inciso II, § 2º da Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria Técnica Contábil, Financeira e Orçamentária, compreendendo as ações que deverão ser realizadas e estruturadas, necessárias ao pleno funcionamento do **CONTRATANTE** como Consórcio Público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Avenida Presidente Vargas, 121, Sala 201, 2º Andar, Centro – Afonso Cláudio – E. Santo
CEP: 29600-000 – Tel: (27) 3735-2140 (27) 99649-3848
Site: <https://consorcioquandu.es.gov.br>



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Concelção do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

2.1. O valor do presente Contrato será de **R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais)**, conforme discriminação dos serviços abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de Consultoria Técnica Contábil, Financeira e Orçamentária.	12 meses	R\$ 4.050,00	R\$ 48.600,00

2.2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.2.1. Escrituração Contábil:

- a) Classificação da contabilidade de acordo com normas e princípios contábeis vigentes;
- b) Emissão de Balancetes;
- c) Examinar empenhos, verificando a disponibilidade orçamentária e financeira, classificando a despesa em elemento próprio;
- d) Propor normas internas contábeis;
- d) Elaboração de Balanço Anual e demais Demonstrações Contábeis obrigatórias;
- e) Elaboração da Prestação de Contas Anual (PCA).

2.2.2. Departamento de Pessoal:

- a) Contrato de experiência;
- b) Comunicação de admissão e demissão ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM);
- c) Folha e recibo de pagamento;
- d) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- f) Rescisões trabalhistas;
- g) Recibo de Férias;
- h) Carta de apresentação de empregados;
- i) Seguro desemprego;
- j) Recibo de responsabilidade salário família;
- l) Recibo de auxílio transporte;
- m) Guia Sindical Patronal e Empregados;
- n) Comprovante de Rendimento (empregado e empregador);
- o) Quadro de horário de empregado;

Avenida Presidente Vargas, 121, Sala 201, 2º Andar, Centro – Afonso Cláudio – E. Santo
CEP: 29600-000 – Tel: (27) 3735-2140 (27) 99649-3848
Site: <https://consorcioguandu.es.gov.br>



p) Atendimento das demais exigências previstas na Legislação, bem como de eventuais procedimentos contábeis.

2.2.3. Consultoria Contábil nas questões suscitadas pelo Consórcio.

2.2.4. Assessoria na gestão orçamentária e financeira do Consórcio.

2.2.5. Elaboração da Resolução de Diretrizes Orçamentárias (RDO).

2.2.6. Elaboração da proposta orçamentária do Consórcio para o exercício subsequente.

2.2.7. Orientação aos Municípios consorciados sobre as informações orçamentárias que devem constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.2.8. Orientação técnica para elaboração da minuta do Contrato de Rateio a ser firmado entre o Consórcio e cada um de seus entes consorciados, referente ao exercício subsequente.

2.2.9. No mínimo 02 (duas) visitas por semana *in locu*, com carga horária mínima de 04 (quatro) horas, durante o horário de expediente do Consórcio Público Rio Guandu, bem como atendimento por e-mail ou telefone, quando necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, nos limites do valor de contratação pela modalidade.

3.2. Em caso de prorrogação o índice aplicável será o IPCA-E ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da dotação orçamentária constante do orçamento vigente, a saber:

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

5.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma do art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.



5.2. O fiscal nomeado para acompanhar a execução das obrigações assumidas pela CONTRATADA terá autoridade para exercer, como representante do Consórcio, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, objetivando garantir sua qualidade e conformidade com o objeto deste, nos termos do art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e neste Contrato.

5.3. O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. O representante do Consórcio anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO FISCAL DO CONTRATO

6.1. A fiscalização da presente contratação ficará a cargo da empregada pública Ana Paula Alves Bissoli.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação será realizada de acordo com a da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. O CONTRATANTE obriga-se a:



Avenida Presidente Vargas, 121, Sala 201, 2º Andar, Centro – Afonso Cláudio – E. Santo
CEP: 29600-000 – Tel: (27) 3735-2140 (27) 99649-3848
Site: <https://consorcioiguandu.es.gov.br>





8.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações no Termo de Referência e neste Contrato.

8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do Contrato.

8.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do Contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações no Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Órgão CONTRATANTE ou a terceiros;

9.1.4. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que o Consórcio possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termos do artigo 93, da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso;

9.1.4.1. O projeto que referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e



elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE:

9.1.5.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.1.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.7. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.1.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Consórcio;

9.1.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Consórcio, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.10. Relatar ao Consórcio toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.12. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.1.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 133, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.15. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem



necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme disposto do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela prestação dos serviços especificados neste Contrato será efetuado em 12 (doze) parcelas sucessivas e de igual valor, de acordo com a proposta apresentada.

10.2. O CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em Conta Corrente indicada pela CONTRATADA, após a prestação dos serviços e o protocolo de entrada da(s) Nota(s) Fiscal(is) e/ou Fatura devidamente atestada junto ao CONTRATANTE, em um prazo de até 5(cinco) dias úteis, depois de devidamente **comprovada a regularidade fiscal da CONTRATADA**.

10.2.1. Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Consórcio reserva-se o direito unilateral de, a qualquer momento, extinguir o Contrato, nos casos e formas previstas nos arts. 124 e 137 da Lei nº 14.133/2021, respeitada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VEDAÇÃO DE CESSÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Afonso Cláudio/ES, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Contratação.




CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU


Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Afonso Cláudio/ES, 13 de setembro de 2023.



Christiano Spadetto
Presidente Consórcio Público Rio Guandu
Contratante



Edson Dias Lima
Inová Assessoria e Serviços Contábeis LTDA
Contratada

Testemunhas:

1 - Jucelia F. da Silva

Nome: Jucelia Ferreira da Silva

CPF: 0.99.818.327-07

2 - Eduarda Rosa Mirois Marinho

Nome: Eduarda Rosa Mirois Marinho

CPF: 151.465.957-39